

RADAR TRABALHISTA



Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC

Ano 4 – Número 154 – 06/07 à 10/07/2020

Sumário

- *Destaque da Semana*
- *Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)*
- *Notícias do Executivo*
- *Notícias do Ministério Público do Trabalho*
- *Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho*
- *Outras Notícias*
- *Atos Normativos*
- *Dados estatísticos de Fiscalização*

Destaque da Semana

[Sancionada lei do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e Renda](#)

Trabalho e Previdência - 07/07/2020

O presidente da República, Jair Bolsonaro, sancionou a lei que institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, que já estava em vigor desde abril por meio de Medida Provisória (MP-936). Conhecido como BEm, ajuda empresas e empregados a enfrentarem os efeitos econômicos da pandemia de Covid-19. O programa permite, quando houver acordo entre empregador e empregado, a redução proporcional da jornada de trabalho e salário; e a suspensão temporária do contrato de trabalho.

Para ler na íntegra [clique aqui](#)



Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

[Contribuinte tem direito à restituição da diferença dos recolhimentos a mais para PIS e Cofins](#)

Supremo Tribunal Federal - 08/07/2020

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), por maioria, decidiu que é devida a restituição da diferença das contribuições para o Programa de Integração Social (PIS) e para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) recolhidas a mais, no regime de substituição tributária, se a base de cálculo efetiva das operações for inferior à presumida. A decisão foi proferida na sessão virtual encerrada em 26/6, no julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 596832, com repercussão geral reconhecida ([Tema 228](#)).

[PDT contesta veto de Bolsonaro ao uso obrigatório de máscara em locais fechados](#)

Supremo Tribunal Federal - 06/07/2020

O Partido Democrático Trabalhista (PDT) ajuizou no Supremo Tribunal Federal (STF) Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 714) para contestar o veto do presidente da República, Jair Bolsonaro, a dispositivo da Lei 14.019/2020, a fim de afastar a obrigatoriedade do uso de máscara de proteção individual em estabelecimentos comerciais, industriais e de ensino, templos religiosos e demais locais fechados em que haja reunião de pessoas. Em aditamento à ADPF, o partido questionou novo ato do presidente que ampliou o veto ao dispositivo que trata de estabelecimentos prisionais e de cumprimento de medidas socioeducativas.

[TST moderniza sistema para permitir cadastro automático de advogados](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 10/07/2020

O Tribunal Superior do Trabalho disponibilizou, na quinta-feira (9), uma nova versão do Sistema de Visualização de Autos (VA), com melhoras significativas que permitem que o

cadastro de advogados, antes feito manualmente, seja realizado de forma automática. O sistema, um dos mais acessados pelos advogados que atuam no TST, é a ferramenta que dá acesso aos autos dos processos em tramitação na Corte.

[Rede de eletrodomésticos deve indenizar vendedor que não pôde manter plano de saúde após demissão](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 09/07/2020

A Via Varejo S.A., rede de comércio varejista responsável por Casas Bahia e Ponto Frio, foi condenada a pagar R\$ 10 mil de indenização a um vendedor de São Gonçalo (RJ) que teve o plano de saúde cancelado, pois a empregadora, ao dispensá-lo, não encaminhou documento para que ele optasse pela manutenção do benefício. Ao rejeitar o recurso da empresa, a Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho entendeu que houve violação aos direitos da personalidade do trabalhador.

[Presidente do TST participará de I Congresso Digital sobre Repercussões Jurídicas e Sociais da Pandemia](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 07/07/2020

A presidente do Tribunal Superior do Trabalho, ministra Cristina Peduzzi, participará do I Congresso Digital, com o tema “Covid-19: Repercussões Jurídicas e Sociais da Pandemia”. O intuito do evento, promovido pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, por intermédio da Coordenação das Comissões e da Escola Superior de Advocacia (ESA) Nacional, é colocar em pauta os diversos aspectos jurídicos e sociais da pandemia e debater soluções e novos hábitos decorrentes desse período.



Notícias do Executivo

[Painel detalha informações sobre o benefício emergencial](#)

Ministério da Economia - 10/07/2020

A Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia lançou, nesta sexta-feira (10/7), o [Painel de Informações sobre o Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda \(BEm\)](#), programa instituído pela Medida Provisória 936 que foi substituída pela [Lei nº 14.020](#), sancionada pelo presidente Jair Messias Bolsonaro, nesta segunda-feira (6/7).

[Receita alerta para os pagamentos dos tributos e envio de declarações de julho](#)

Ministério da Economia - 10/07/2020

A Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB) fez um alerta às empresas e demais contribuintes quanto ao cumprimento de obrigações tributárias em julho de 2020, após as prorrogações concedidas desde o início da pandemia causada pelo coronavírus.

[Junho registra queda de 32% em pedidos de seguro-desemprego](#)

Ministério da Economia - 08/07/2020

No mês de junho de 2020, foram contabilizados 653.160 requerimentos ao seguro-desemprego, na modalidade trabalhador formal. O número representa uma queda de 32% na comparação com maio deste ano, em que foram contabilizados 960.309 requerimentos, havendo, portanto, uma diferença de 307.149. Na comparação com junho de 2019 (508.886), houve aumento de 28,4%. Do total de pedidos feitos em junho deste ano, 443.492 (67,9%) foram realizados via web, seja por meio do portal gov.br ou por meio da Carteira de Trabalho Digital. Os três estados com maior número de requerimentos foram São Paulo (199.066), Minas Gerais (70.333) e Rio de Janeiro (52.163). [Acesse a apresentação com os dados.](#)

[Novo comprovante de CNPJ traz mais agilidade ao registro de empresas](#)

Ministério da Economia - 08/07/2020

A Receita Federal desenvolveu um novo modelo de comprovante de inscrição e situação cadastral do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), que possui um código de autenticidade que pode ser verificado por meio do Portal Nacional da Redesim (www.redesim.gov.br) – iniciativa formada por entidades governamentais e órgãos de registro que têm por objetivo abreviar e simplificar procedimentos e diminuir o tempo e o custo para o registro e a legalização de pessoas jurídicas, reduzindo, assim, a burocracia.

[Reabertura gradual das agências do INSS é adiada para o dia 3 de agosto](#)

Ministério da Economia - 08/07/2020

A [Portaria Conjunta nº 27](#) da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia e do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), publicada nesta quarta-feira (8), adia para 3 de agosto o retorno do atendimento presencial nas Agências da Previdência Social. O atendimento exclusivo por meio de canais remotos fica prorrogado até o dia 31 de julho e continuará sendo realizado mesmo após a reabertura das agências.

[Em um ano e meio, 800 serviços públicos se tornaram acessíveis pela internet](#)

Ministério da Economia - 07/07/2020

Mais de 800 serviços públicos de interesse da sociedade, antes acessados somente em balcões de repartições, já foram transformados em digitais, permitindo que o cidadão os acesse de casa, pelo computador ou celular, evitando deslocamentos agora desnecessários. Desde janeiro de 2019 a Secretaria de Governo Digital (SGD) do Ministério da Economia vem realizando esse trabalho, que precisou ser agilizado com a pandemia do novo coronavírus, exigindo esforços do time que trabalha na transformação digital.

[Ministério da Economia lança Quadro Brasileiro de Qualificações](#)

Ministério da Economia - 06/07/2020

Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia lançou, nesta segunda-feira (6/7), o [Quadro Brasileiro de Qualificações \(QBQ\)](#). Por meio dele, será possível consultar detalhadamente informações sobre cada ocupação da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), incluindo o perfil ocupacional, conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias, além do nível de qualificação exigido

[Governo Federal lança manual de conduta para agente público civil](#)

Ministério da Economia - 06/07/2020

A Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia divulgou nesta segunda-feira (6/7) o [Manual de Conduta do Agente Público Civil do Poder Executivo Federal](#), que orienta os servidores da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, sobre condutas esperadas e inadequadas no exercício de suas atribuições.

[Cartilha da Fundacentro traz medidas de prevenção e controle da Covid-19](#)

Fundacentro - 10/07/2020

A Fundacentro lança a cartilha “[Prevenção à Covid-19: Orientações para prevenção e controle da Covid-19 nos locais de trabalho](#)”, que traz medidas de prevenção e de controle, além de práticas seguras de trabalho e uso de equipamentos de proteção individual (EPI). O documento mostra como deve ser o planejamento das ações, com orientações para auxiliar na definição dos cenários de exposição e dos riscos existentes.

Notícias do Ministério Público do Trabalho

[Ministério Público do Trabalho passa a emitir Certidão Negativa de Feitos pelo site institucional](#)

Ministério Público do Trabalho - 10/07/2020

O Ministério Público do Trabalho passou a disponibilizar, nesta quinta-feira (9), o serviço de emissão de Certidão Negativa de Feitos para pessoas jurídicas e físicas por meio da sua página oficial. Com a nova ferramenta, o usuário não precisará mais formalizar por requerimento a expedição do documento. Para emitir a certidão, o usuário deve acessar a página da unidade do MPT do respectivo estado. [Confira aqui](#) o passo a passo para emissão da certidão negativa!

Auditor Fiscal do Trabalho

Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

[SINAIT reúne em boletim fiscalizações realizadas no período da pandemia da Covid-19](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 08/07/2020

O SINAIT divulga o “Boletim Especial Fiscalizações em tempos de pandemia da Covid-19” que traz matérias sobre as ações fiscais realizadas desde março de 2020, quando se iniciou o enfrentamento à pandemia da Covid-19 no Brasil. Retratam o esforço e o empenho de Auditores-Fiscais do Trabalho que estão atuando, neste momento tão difícil, para garantir saúde e segurança aos trabalhadores. Clique [aqui](#) para acessar a publicação.

Outras Notícias

[Empregado em aviso prévio pode aderir a plano de demissão voluntária](#)

Consultor Jurídico - 12/07/2020

O aviso prévio integra o contrato de trabalho. Dessa maneira, funcionário que está para deixar a empresa pode aderir a plano de demissão voluntária (PDV). Com esse entendimento, a 14ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro concedeu tutela de urgência para permitir que um ex-funcionário da Light Serviços de Eletricidade seja reintegrado ao plano de saúde da companhia. A decisão é de 26 de junho.

[Peduzzi autoriza substituição de depósito recursal por seguro garantia judicial](#)

Consultor Jurídico - 10/07/2020

Indeferir pedido para substituir depósito recursal por seguro garantia judicial restringe a disponibilidade financeira da empresa, tão necessária durante a crise sanitária que o Brasil enfrenta. O entendimento é da presidente do Tribunal Superior do Trabalho, ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi. A decisão, em caráter liminar, foi proferida nesta sexta-feira (10/7).

[As novidades da Lei 14.020 em relação à MP 936](#)

Consultor Jurídico - 07/07/2020

A Lei 14.020, de 6 de julho de 2020, dispõe sobre o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda e outras medidas trabalhistas. Oriunda da conversão da Medida Provisória nº 936, durante sua tramitação no Congresso recebeu algumas modificações em relação ao texto original. O presente texto tem como finalidade trazer, de forma objetiva, as principais mudanças no Programa Emergencial e em outras regras realizadas pela lei, vigente desde a sua publicação nesta terça-feira (7/7).

[STF retoma em agosto debate sobre tributação de salário-maternidade](#)

Consultor Jurídico - 07/07/2020

O debate sobre a constitucionalidade da contribuição previdenciária sobre o salário-maternidade será decidido pelo Supremo Tribunal Federal após o recesso forense. O recurso que trata do tema está em análise no Plenário virtual com encerramento previsto para 4 de agosto. Atualmente, o benefício tem natureza remuneratória e, por isso, é tributado como um salário normal, incidindo a alíquota do Instituto Nacional do Seguro Social, de 8%, 9% ou 11%.

[Reconhecimento de doença ocupacional pode prescindir de vistoria física, diz TST](#)

Consultor Jurídico - 07/07/2020

Se as provas foram fundamentadas, não é necessário promover vistoria no local de trabalho para comprovar a existência de doença ocupacional. Com esse fundamento, a 4ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou o exame do recurso de um operador de caldeira da Martinucci do Brasil Móveis para Escritório Ltda., de Curitiba (PR), que pedia a realização de vistoria no local de trabalho para comprovar o nexo causal entre diversas doenças e as atividades que realizava.



Atos Normativos

[LEI N° 14.019, DE 2 DE JULHO DE 2020](#)(*) (DOU de 06/07/2020 Seção I Pág. 01) - Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para dispor sobre a obrigatoriedade do uso de máscaras de proteção individual para circulação em espaços públicos e privados acessíveis ao público, em vias públicas e em transportes públicos, sobre a adoção de medidas de assepsia de locais de acesso público, inclusive transportes públicos, e sobre a disponibilização de produtos saneantes aos usuários durante a vigência das medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia da Covid-19;

(*) Republicação do Art. 3º-B e do Art. 3º F da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, por ter constado incorreção, quanto ao original, no Diário Oficial da União de 3 de julho de 2020, Seção 1.

[MENSAGEM N° 374, DE 2 DE JULHO DE 2020](#)(*) (DOU de 06/07/2020 Seção I Pág. 01) - Nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por contrariedade ao interesse público e inconstitucionalidade, o Projeto de Lei nº 1.075, de 2020, que “Dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020;

(*) Republicação do caput e § 5º do art. 3º-B e do caput do art. 3º-F da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e razões dos vetos, por ter constado incorreção, quanto ao original, no Diário Oficial da União de 3 de julho de 2020, Seção 1.

[RETIFICAÇÕES](#) - (DOU de 06/07/2020 Seção I Pág. 14) - PORTARIA CONJUNTA SEPRT N° 19, DE 18 DE JUNHO DE 2020, publicada do Diário Oficial da União em 19 de junho de 2020, seção 1, página 12, em que corresponde a ementa do ato, onde se lê: “(Processo nº 19966.100565/2020-68)”, leia-se: “(Processo nº 19966.100581/2020-51)” e na PORTARIA CONJUNTA SEPRT N° 20, DE 18 DE JUNHO DE 2020, publicada do Diário Oficial da União em 19 de junho de 2020, seção 1, página 14, em que corresponde a ementa do ato, onde

se lê: "(Processo nº 19966.100581/2020-51)", leia-se: "(Processo nº 19966.100565/2020-68);

[LEI Nº 14.020, DE 6 DE JULHO DE 2020](#) (DOU de 07/07/2020 Seção I pág. 01) - Institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda; dispõe sobre medidas complementares para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020; altera as Leis nºs 8.213, de 24 de julho de 1991, 10.101, de 19 de dezembro de 2000, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, 10.865, de 30 de abril de 2004, e 8.177, de 1º de março de 1991; e dá outras providências;

[MENSAGEM Nº 377, DE 6 DE JULHO DE 2020](#) (DOU de 07/07/2020 Seção I Pág. 06) - Nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por inconstitucionalidade e contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2020 (MP nº 936/20), que "Institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda; dispõe sobre medidas complementares para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020; altera as Leis nºs 8.213, de 24 de julho de 1991, 10.101, de 19 de dezembro de 2000, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, 10.865, de 30 de abril de 2004, e 8.177, de 1º de março de 1991; e dá outras providências;

[INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1.963, DE 3 DE JULHO DE 2020](#) (DOU de 07/07/2020 Seção I Pág. 14) - Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018, que dispõe sobre o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

[DECRETO Nº 10.420, DE 7 DE JULHO DE 2020](#) (DOU de 08/07/2020 Seção I Pág. 05) - Altera o Decreto nº 9.191, de 1º de novembro de 2017, que estabelece as normas e as diretrizes para elaboração, redação, alteração, consolidação e encaminhamento de propostas de atos normativos ao Presidente da República pelos Ministros de Estado;

[LEI Nº 14.022, DE 7 DE JULHO DE 2020](#) (DOU de 08/07/2020 Seção I Pág. 03) -- Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e dispõe sobre medidas de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher e de enfrentamento à violência contra crianças, adolescentes, pessoas idosas e pessoas com deficiência durante a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019;

[PORTARIA CONJUNTA SEPRT Nº 27, DE 7 DE JULHO DE 2020](#) (DOU de 08/07/2020 Seção I Pág. 16) - Prorroga os prazos previstos nos art. 1º e art. 2º da Portaria Conjunta nº 22, de 19 de junho de 2020, que dispõe sobre o atendimento dos segurados e beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social durante o período de enfrentamento da emergência

de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia do coronavírus (Covid-19) e disciplina o retorno gradual do atendimento presencial nas Agências da Previdência Social. (Processo nº 10128.106029/2020-73);

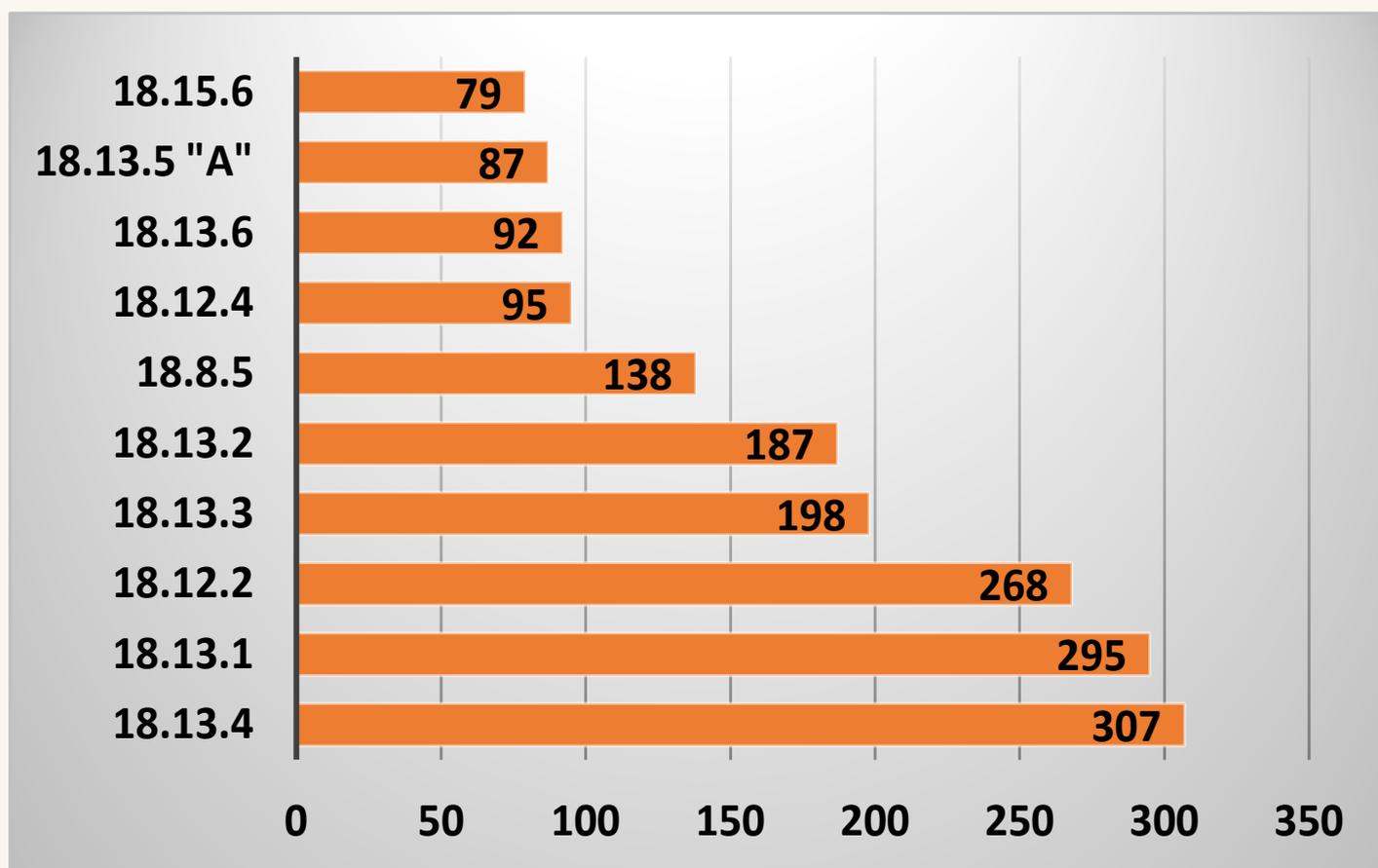
[LEI Nº 14.023, DE 8 DE JULHO DE 2020](#) (DOU de 09/07/2020 Seção I Pág. 01) - Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para determinar a adoção de medidas imediatas que preservem a saúde e a vida de todos os profissionais considerados essenciais ao controle de doenças e à manutenção da ordem pública, durante a emergência de saúde pública decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019;

[PORTARIA CONJUNTA MC Nº 5, DE 7 DE JULHO DE 2020](#) (DOU de 09/07/2020 Seção I Pág. 30) - Define procedimentos para a utilização da plataforma de contestação extrajudicial relativa aos indeferimentos de requerimentos de auxílio emergencial, previsto na Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, no âmbito da Defensoria Pública da União;



Dados estatísticos de Fiscalização

Os 10 (dez) itens das Normas Regulamentadoras mais capitulados como “Embargo” durante a fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) na Indústria da Construção (CNAEs 41, 42 e 43) no ano de 2018:



Fonte: Sistema Federal de Inspeção do Trabalho - SFIT/ME

Embargo: É uma rubrica utilizada pela fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) para contabilizar os itens da legislação trabalhista (CLT ou Segurança e Saúde no Trabalho) que foram utilizados para paralisar as atividades dos canteiros de obra da Indústria da Construção portersido caracterizado “grave e iminente risco” a segurança e a saúde dos trabalhadores, durante a ação de fiscalização realizada pelos Auditores Fiscais do Trabalho. Esse quantitativo não está atrelado obrigatoriamente ao número de “notificações”, “autuações” ou “regularizados na ação fiscal” realizadas pela auditoria fiscal do Ministério da Economia. Os atos fiscais do ME são assim contabilizados: RF 1 - Regular; RF 2 - Regularizado na Ação Fiscal; RF 3 - Irregular (autuação); RF 4 - Notificado; RF 5 - Embargo; RF 6 - Levantamento de Embargo; RF 7 - Interdição; RF 8 – Levantamento de Interdição.

18.13.4. É obrigatória, na periferia da edificação, a instalação de proteção contra queda de trabalhadores e projeção de materiais a partir do início dos serviços necessários à concretagem da primeira laje.

18.13.1. É obrigatória a instalação de proteção coletiva onde houver risco de queda de trabalhadores ou de projeção de materiais.

18.12.2. As escadas de uso coletivo, rampas e passarelas para a circulação de pessoas e materiais devem ser de construção sólida e dotadas de corrimão e rodapé.

18.13.3. Os vãos de acesso às caixas dos elevadores devem ter fechamento provisório de, no mínimo, 1,20m (um metro e vinte centímetros) de altura, constituído de material resistente e seguramente fixado à estrutura, até a colocação definitiva das portas.

18.13.2. As aberturas no piso devem ter fechamento provisório resistente.

18.8.5. É proibida a existência de pontas verticais de vergalhões de aço desprotegidas.

18.12.4. É obrigatória a instalação de rampa ou escada provisória de uso coletivo para transposição de níveis como meio de circulação de trabalhadores.

18.13.6. Em todo perímetro da construção de edifícios com mais de 4 (quatro) pavimentos ou altura equivalente, é obrigatória a instalação de uma plataforma principal de proteção na altura da primeira laje que esteja, no mínimo, um pé-direito acima do nível do terreno.

18.13.5. A proteção contra quedas, quando constituída de anteparos rígidos, em sistema de guarda-corpo e rodapé, deve atender aos seguintes requisitos:

a) ser construída com altura de 1,20m (um metro e vinte centímetros) para o travessão superior e 0,70m (setenta centímetros) para o travessão intermediário;

18.15.6. Os andaimes devem dispor de sistema guarda-corpo e rodapé, inclusive nas cabeceiras, em todo o perímetro, conforme subitem 18.13.5, com exceção do lado da face de trabalho.

Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

José Carlos Martins

Presidente

Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)

Fernando Guedes Ferreira Filho

Presidente da CPRT

Gilmara Dezan

Gestora de Projetos e Assessora da CPRT

Queiroz Neto Advocacia & Políticas Públicas

Clovis Veloso de Queiroz Neto

Consultor CBIC e Responsável Técnico

Projeto Gráfico

Paulo Henrique Freitas de Paula